

A CONCEPÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA POLÍTICA EM GRAMSCI: uma análise do Caderno 13

Giovanni Semeraro¹

Resumo

Apresentamos, neste artigo, alguns aspectos tratados no curso *Maquiavel, Estado e vontade coletiva: um estudo do Caderno 13 de Antonio Gramsci* oferecido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, no segundo semestre de 2016. Além de desvendar a estrutura do Caderno 13 e abordar os diversos temas que configuram a sua composição, o artigo focaliza, particularmente, os fundamentos da nova concepção de política e de Estado delineados por Gramsci e os elementos que concorrem para formar a vontade coletiva das classes subalternas em sociedades complexas como a nossa. A interpretação e as reflexões que se acompanham à análise técnica e teórica desse caderno passam inevitavelmente pelas questões cruciais que emergem da crise sócio-política instalada no Brasil e no nosso mundo globalizado. Hoje, como nunca, a construção de subjetividades políticas livres e socializadas se tornou tarefa árdua a ser continuamente recriada no labor dos educadores que lidam com a formação de uma consciência crítica, com as lutas populares e a organização democrática da sociedade.

Palavras-chave: Estado; Política; Vontade coletiva.

THE REVOLUTIONARY CONCEPTION OF POLITICS IN GRAMSCI: an analysis of Notebook 13

Abstract

In this paper, we present some aspects approached in the class *Machiavelli, State and collective will: a study of Notebook 13 by Antonio Gramsci* offered in the Postgraduate Studies Program in Education of the Fluminense Federal University, in the second half of 2016. In addition to unveiling the structure of Notebook 13 and discuss the various themes that configure its composition, the paper focuses on the foundations of the new conception of politics and state outlined by Gramsci and the elements that contribute to establish the "collective will" of the subaltern classes in complex societies. The interpretation and reflections that accompany the technical and theoretical analysis of this notebook inevitably pass through the crucial questions that emerge from the socio-

¹ Professor Titular de Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). Texto derivado do curso "Maquiavel, o Estado e a Vontade Coletiva: um estudo do Caderno 13 de Antonio Gramsci", ministrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, no segundo semestre de 2016. gsemeraro07@gmail.com.

political crisis in Brazil and in our “globalized” world. Today, as never before, the construction of free and socialized political subjectivities has become an arduous task to be continually recreated in the work of educators who deal with the formation of a critical conscience, with popular struggles and the democratic organization of society.

Keywords: State; Politics; Collective will.

Premissas históricas e analíticas do Caderno 13

Em 1933, quando está escrevendo o Caderno 13, Gramsci vive o auge da sua produção carcerária, mas encontra-se a um passo do colapso físico. No dia 19 de novembro de 1933, de fato, devido às condições de saúde duramente debilitadas, é transferido da Casa penal de Turi para a Enfermaria Carcerária de Civitavecchia e daqui, no dia 7 de dezembro do mesmo ano, para a Clínica Cusumano de Formia. Suspensas, suas anotações nos *Cadernos do cárcere* vão ser retomadas com muita dificuldade só em julho de 1934², quando procura encaminhar diversos cadernos especiais e também o Caderno 18, com o título *Niccolò Machiavelli. I*³. No entanto, a partir de meados de 1935, o seu trabalho intelectual é interrompido definitivamente pelo agravamento irreversível da saúde, situação que o levará progressivamente à morte, ocorrida na Clínica Quisisana de Roma, em 27 de abril de 1937.

O conjunto dessas circunstâncias e diversos indícios derivados da análise do texto⁴, levam a pensar que Gramsci não tenha substancialmente alterado o que

² Conforme as cartas de Tatiana a Giulia de 15/02/1934 e 16/04/1934, bem como a Piero Sraffa de 16/02/1934, 08/05/1934 e 26/06/1934 (SCHUCHT, 1997). Conforme, também, a carta de Gramsci a Tatiana de 22/07/1935 (GRAMSCI, 1996, p. 763-765).

³ Caderno de 4 páginas, formado por 3 parágrafos que reúnem, essencialmente, anotações e referências bibliográficas transcritas do Caderno 2.

Ao longo deste texto utilizamos a edição crítica dos *Quaderni del carcere* (GRAMSCI, 1975), cuja referência será feita com a letra Q, seguida pelo número do parágrafo e o número da página.

⁴ Na nota 30 do Caderno 13 Gramsci menciona a Revista “Critica Fascista” de 15 de agosto de 1932 e na nota 25 faz referência a uma revista e a um livro de 1933 e nas outras notas do Caderno 13 não se mencionam referências acima dessas datas.

havia registrado no Caderno 13 até o final de 1933⁵. Embora inacabado, como a maioria das suas anotações no cárcere, o monotemático Caderno especial 13 (texto C), intitulado por Gramsci *Noterelle sulla politica del Machiavelli*, apresenta um conjunto de temas que versam essencialmente sobre a política, a marca mais proeminente do seu pensamento e da sua trajetória de vida. Intensos e surpreendentes pela multiplicidade de questões e reflexões inovadoras, os 40 parágrafos que formam o Caderno 13 se apresentam como testamento político de Gramsci, ao mesmo tempo, um legado e um campo aberto de investigações e de férteis inspirações para o nosso tempo.

Levando em conta a cronologia e a composição das anotações, percebe-se que o Caderno 13 se coloca como a culminância do mais importante grupo dos Cadernos especiais 10-11-12-13, o coração da obra carcerária. De fato, a construção e a interligação desses cadernos revelam claramente a relação dialética e a inseparabilidade que Gramsci confere à filosofia-educação-política e à sua recíproca tradutibilidade. De certa forma, portanto, o Caderno 13 traduz em termos políticos a elaboração da filosofia da práxis desenhada nos Cadernos 10 e 11, bem como a explicitação da concepção de intelectualidade e de educação retratadas no Caderno 12. Os temas desses cadernos, assim, formam um conjunto unitário, confirmado por frequentes expressões que sustentam a impossibilidade de separar “uma filosofia que é política e uma política que é filosofia” (Q 16, § 9, p. 1860) e mostram que a educação efetiva consiste em formar cada cidadão como “intelectual orgânico” e “‘dirigente’ (especialista + político)” (Q 12, § 3, p. 1551).

Esta visão deixa claro que a filosofia, a educação e a função do intelectual, não são esferas abstratas e separadas, mas estão indissociavelmente imbricadas com a política e são partes constitutivas das subjetividades políticas populares

⁵ Em relação à datação e estrutura do Caderno 13 ver: FRANCONI e COSPITO, 2009, p. 167-181.

dedicadas a realizar a práxis revolucionária e a engendrar uma inédita concepção de hegemonia, as duas artérias principais do pensamento de Gramsci. Ao estudar, portanto, o Caderno 13 é preciso levar em consideração este pano de fundo, porque, como no grande canteiro inacabado dos *Cadernos do cárcere* se esconde uma visão orgânica por trás da forma reticular e aforismática das notas⁶, também neste caso, indo além da impressão de questões justapostas, descobre-se uma articulação das partes que confere unidade de inspiração e uma lógica à multiplicidade de temas reunidos nessas 96 páginas.

Entre as diversas matérias aqui abordadas, predominam as referências a Nicolau Maquiavel, o autor que confere o título ao Caderno 13. Mas, o leitor não demora a perceber que, na interpretação inusitada e genial feita a respeito do pensamento do “secretário florentino”, exilado da sua cidade, aflora poderosamente a visão do “secretário do PCd’I”, exilado na prisão fascista. De fato, na leitura inovadora realizada por Gramsci, *O Príncipe* de Maquiavel deixa de ser uma pessoa e se torna “o partido moderno” e este não é entendido como uma aglutinação fanática em torno de uma grande personalidade, do *condottiere* excepcional que galvaniza o povo⁷, mas é a expressão concreta de uma classe politicamente organizada dentro de um complexo e contraditório contexto de “relações de força” (Q 13, § 2 e § 17), no qual os dirigentes vivem em profunda e incindível simbiose dialética⁸ com o protagonismo das massas populares:

⁶ FRANCONI, 2009.

⁷ Em 1924, por ocasião da morte de Lenin, Gramsci já escrevia que “O líder, o Partido são elementos da classe operária, são uma partes dessa classe, representam seus interesses e aspirações mais profundas e vitais” (GRAMSCI, 2004b, p. 236).

⁸ A profunda simbiose entre teoria e ação política, intelectual e povo, partido e massa popular, é central no Caderno 13 e se apresenta como grande *ouverture* no § 1. A novidade da interpretação de Gramsci consiste, de fato, não só em colocar em evidência os elementos de “ciência política” de *O Príncipe*, mas também o caráter “vivente” do livro, a paixão de Maquiavel em relação ao povo, com o qual “se confunde” para deflagrar a “fundação do novo Estado”. Sobre a locução “si sente medesimezza” utilizada por Gramsci no Caderno 13, §1, p.1556, para indicar a profunda identificação do intelectual com o povo, conforme FROSINI, 2013, p. 571ss e FROSINI, 2016, p. 25ss.

O moderno Príncipe, o mito-Príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento social no qual tenha início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo é já dado no desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se resumem os germes de vontade coletiva que tendem a tornar-se universais e totais (Q 13, §1, p. 1558).⁹

A tônica, assim, que permeia essencialmente o Caderno 13 é a criação de uma práxis política coletivamente vivenciada, organizada e democraticamente conduzida, em sintonia com os elementos mais originais e revolucionários que Gramsci havia introduzido ao delinear a filosofia da práxis e o projeto pedagógico. Se, de fato, nos Cadernos 10 e 11 Gramsci apresenta uma inédita concepção de filosofia a ser elaborada a partir da realidade viva das classes subalternas e rompe com a tradição da filosofia elitista com a surpreendente tese de que “todos são filósofos” (Q 11, § 12, p. 1375) e no Caderno 12, coerentemente, ao combater toda a educação dualista e mecânica, sustenta que “todos são intelectuais” (§ 3, p. 1550), no Caderno 13 mostra, de forma igualmente impactante, que a política é autêntica e revolucionária quando as massas populares, tradicionalmente excluídas do seu direito substantivo de expressar sua vontade, se tornam sujeitos ativos e aprendem a exercer a própria soberania. Tais posições rompem com a atávica concepção de política fundada sobre a teoria das elites¹⁰ e conectam profundamente a função do “moderno

⁹ A identificação do “moderno Príncipe” com o “partido político” aparece em diversas notas do Caderno 13. Conforme, por exemplo, o § 21 “Continuação do ‘Novo Príncipe’”. Afirmou-se que protagonista do Novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político [...] que pretende (e está racional e historicamente fundamentado para este fim) fundar um novo tipo de Estado”. Nas páginas 1560-1561 Gramsci deixa clara a função dialética do partido como “ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular”, “ao mesmo tempo organizador e expressão” dessa vontade. Essa relação dialética entre partido e vontade popular será explicitada ainda mais no § 23.

¹⁰ Em relação às teorias elitistas, além de Croce, ver no Q 13, § 6 a crítica de Gramsci a Gaetano Mosca e a seu livro *Elementi di scienza politica* sobre a confusão e elasticidade do conceito de classe política e indefinição entre cientista político e posições de classe. E a referência no Q 13, § 29 a *Borghesia e proletariado* de Robert Michels (autor recorrente nos Cadernos), pela “análise imprecisa e gelatinosa, do ponto de vista só ‘estatístico-sociológico’”. Ver, a propósito: BIANCHI, 2013, p. 198-200.

príncipe” e a construção do Estado à criação de uma nova civilização realizada pelos que sempre foram subalternizados e objeto de governo de uma minoria.

Gramsci, portanto, embora inicie suas reflexões a partir de Maquiavel, ultrapassa a perspectiva inaugurada pelo pai da política moderna. Analisadas atentamente, as páginas do Caderno 13 revelam, de fato, um salto substancial no modo de entender a política, o Estado, o poder e a formação da vontade coletiva, indo além do conceito de vontade geral de Rousseau¹¹ e das teorias políticas elaboradas pelo pensamento moderno e contemporâneo¹².

Com base na visão inaugurada por Marx, na verdade, Gramsci procura esboçar um ensaio político tipo *O Príncipe* para as classes subalternas. De fato, já no § 10 *Marx e Maquiavel*, do Caderno 4 (1930), além de destacar a proximidade entre os dois autores “enquanto teóricos da política militante, da ação”, Gramsci manifesta o propósito de escrever “um livro que extraísse das doutrinas marxistas um sistema ordenado de política atual do tipo *Príncipe*. O assunto seria o partido político em suas relações com as classes e com o Estado” (p. 432). Um plano que volta a se manifestar no Q 8, §21:

O moderno Príncipe. Dentro deste título podem ser reunidas todas as ideias de ciência política que podem concorrer à formação de um trabalho de ciência política que seja concebido e organizado como um tipo de *O Príncipe* de Maquiavel (p. 951).

Mas, diversamente do pensador florentino, Gramsci deixa claro, desde o Caderno 4, que:

¹¹ ROUSSEAU, 1994 e COUTINHO, 2011.

¹² No § 4 do Caderno 15, significativamente intitulado *Maquiavel. Elementos de política* encontra-se a desafiadora reflexão de Gramsci: “Na formação dos dirigentes é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governantes e governados ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou confia-se que esta é apenas um fato histórico correspondente a certas condições?” (GRAMSCI, 1975, p. 1752).

A inovação fundamental introduzida por Marx na ciência política e histórica em relação a Maquiavel é a demonstração de que não existe uma 'natureza humana' fixa e imutável e que portanto a ciência política deve ser entendida no seu conteúdo concreto [...] como um organismo historicamente em desenvolvimento (Q 4, § 8, p. 430-431; Q 13, § 20, p. 1598-1599).

Tal inovação leva Gramsci a colocar em questão a relação piramidal do poder, considerada natural e imutável, e a formular a definição mais radical de democracia que elimina a separação e a superioridade estabelecida entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos (Q 8, § 191). Ao operar essa reviravolta, Gramsci refunda a política não apenas sobre relações sociais sujeitas às mudanças na história, mas, principalmente, sobre a constituição do poder que se origina na práxis das classes subalternas. Neste sentido, o Caderno 13 apresenta-se como o esboço de um tratado político militante totalmente inovador, campo aberto para as atuações criativas dos dominados e a construção da sua hegemonia, em contraposição à tradicional consagração das teorias hierárquicas elaboradas pelas classes dominantes. Partindo de Maquiavel, portanto, o intuito de Gramsci é mostrar a ampliação dos horizontes promovida pelo "príncipe moderno" e a superioridade das perspectivas inauguradas por Marx (Q 4, § 8, p. 431), "o novo Maquiavel" ou "o Maquiavel do proletariado" (como o definiu Benedetto Croce), que refunda a política sobre o protagonismo das classes trabalhadoras politicamente organizadas.

A surpreendente concepção política condensada no Caderno 13 não desponta do nada, mas está já presente em numerosas anotações dos Cadernos e permeia toda a obra de Gramsci, desde seus escritos pré-carcerários até seus últimos anos de vida¹³. Salvo a nota 25, que é de redação única (texto B), de

¹³ A dimensão da crescente importância desse autor nas reflexões de Gramsci nos escritos pré-carcerários e ao longo dos *Cadernos do cárcere* pode ser vista no estudo de Liguori (2013 e 2016). Para um estudo completo é de grande importância construir uma grade comparativa entre as anotações carcerárias esparsas e as que formam o Caderno 13.

fato, o conjunto do Caderno 13 é construído sobre a reelaboração das anotações dos Cadernos miscelâneos 1, 4, 7, 8 e 9 (textos A). Além disso, deve-se considerar que nem todas as notas dedicadas a Maquiavel na obra carcerária foram aproveitadas no Caderno 13. Ficaram de fora 12 parágrafos de redação única (textos B) dos Cadernos 3, 5, 6 e 8; 13 parágrafos do Caderno 14; 13 parágrafos do Caderno 15; 6 parágrafos do Caderno 17.

Da leitura original de Maquiavel para a nova concepção política

À diferença da interpretação de Benedetto Croce, a peculiaridade da leitura de Gramsci consiste em ter situado Maquiavel no seu tempo e ter mostrado como aquele pensamento político, em oposição à postura cosmopolita dos intelectuais renascentistas, rompe com o feudalismo e a constituição das comunas e visa a criar uma unidade nacional em torno da monarquia absoluta “a forma política que permite e facilita um ulterior desenvolvimento das forças produtivas da burguesia” (Q 13, §12, p.1572). Além do caráter de ciência política, Gramsci destaca o élan “mítico” de *O Príncipe*, o seu papel de “artífice” da “vontade coletiva dispersa” e dos elementos “democráticos” que fortalecem a aspiração do povo a se autodeterminar, a adquirir a “arte do governo” para criar a configuração do seu próprio Estado (Q 13, § 20, p. 1599; Q 17, § 27, p. 1928-1929). Desta forma, Gramsci mostra que a radiografia técnica e crua do poder exposta por Maquiavel, voltada a desvendar os seus mecanismos secretos, explica o antimaquiavelismo dos reacionários (Q 13, § 20, p. 1600-1661). Mas, também, serve a educar politicamente “quem não sabe, a classe revolucionária do seu tempo, o ‘povo’ e a ‘nação’ italiana, a democracia cidadã” (Q 13, § 20, p. 1600). Ao mostrar ao povo como agir para alcançar conjunta e realisticamente seus objetivos, “a posição de Maquiavel poderia ser aproximada dos teóricos e políticos da filosofia da práxis” pelo seu caráter de “‘realismo’ popular, de massa” (Q 14, § 33, p. 1691). A sintonia com a filosofia da práxis emerge não apenas

porque esta, também, considera a política uma ciência autônoma e imanente que se contrapõe à religião e à concepção metafísica, mas, principalmente, pelo fato de que a ação política é parte integrante da formação das subjetividades modernas e prerrogativa de todos, principalmente, das massas populares portadoras do poder que democratiza, de fato, a sociedade.

Quando Gramsci, portanto, partindo de Maquiavel, aborda “a questão da política como ciência autônoma” (Q 13, § 8 e § 10), em um enfrentamento que agora continua no terreno da política, se contrapõe a Croce que, com sua dialética dos distintos, operava uma separação entre a teoria política e a prática, entre a atividade superior do espírito (dos intelectuais) e o momento ideológico das paixões (dos militantes partidários). Gramsci, ao contrário, mostra que na práxis social há uma inseparável reciprocidade entre teoria e prática (práxis), entre pensamento e ação, filosofia e ideologia, entre liberdade e igualdade, criação e execução, qualidade e quantidade, componentes essenciais na formação integral do ser humano e na construção de uma sociedade orgânica.

Tais posições levam Gramsci a ultrapassar também a visão de Rousseau e de Hegel que, sem levar em considerações as contradições de classes, haviam apontado para a construção de uma sociedade como “comunidade” e para a idealização de um Estado como máxima realização da liberdade e expressão suprema do espírito. Indo além da visão romântica e idealista destes marcantes autores, com base na visão de Marx, Gramsci situa as questões políticas dentro das contradições sociais e da luta de classe e se adentra em problemáticas que permanecem de grande atualidade também para os nossos dias. Na verdade, das 40 notas, só 12 se referem a Maquiavel, as outras são dedicadas a temas cruciais da política moderna e contemporânea e à nova compreensão do poder na dialética das “relações de força” em sociedades avançadas e complexas. Nestas, o desenvolvimento da sociedade civil e as mobilizações dos setores populares obrigaram a rever o conceito tradicional de política. A liberdade, a

multiplicidade de atividades e a diversidade de grupos sociais no mundo moderno suscitam o problema crucial de como conseguir formar uma vontade coletiva que possa fazer com que “um povo disperso e pulverizado” chegue a se unificar, a se autodeterminar e a “fundar um novo Estado”. Por isso, ao longo do Caderno 13, Gramsci apresenta a política como “arte de imaginação criativa” que precisa ser aprendida pelas classes populares para conjugar inseparavelmente análise da realidade concreta e intervenção política, elementos da estrutura e da superestrutura, as múltiplas variáveis em jogo no campo de forças sociais e a construção de um bloco histórico, de modo a conseguir a construção da hegemonia e a configuração do próprio Estado.

Para Gramsci, portanto, a concepção política se estrutura sobre um inseparável entrelaçamento dialético de ciência e arte, razão e paixão, de ser e dever ser, de intelectual e povo, de partido e massa, de “pessimismo da razão e otimismo da vontade”. Desta forma, distancia-se tanto de autores como Benedetto Croce que separa a política da paixão e nega à organização política liberdade e criação (Q 13, § 8 e § 10), como também de Georges Sorel que aponta para o mito “abstrato” do espontaneísmo da ação coletiva que dispensa a necessidade da direção, entendendo “todo plano pré-estabelecido como utópico e reacionário” (Q 13, § 1, p.1557). O “sindicalismo teórico” pregado por Sorel, sustenta Gramsci, é uma “atividade passiva e destrutiva”, não “ativa e construtiva” que deveria preparar um grupo subalterno a “tornar-se dominante, a desenvolver-se para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e tornar-se dominante no Estado” (Q 13, § 18, p. 1590).

Diversamente das teorias políticas vigentes no seu tempo, o caminho trilhado por Gramsci é a formação da vontade coletiva nacional-popular baseada na “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico” (Q 13, §1, p. 1559). Com isso, Gramsci rejeita não só

toda forma “econômico-corporativa’, politicamente, a pior das formas de sociedade feudal, a forma menos progressiva e mais estagnante” (p. 1559), mas se contrapõe também a todo tipo de reformismo: “fabianismo, De Man, parte considerável do laborismo [...] tendências social-democráticas em geral” (Q 13, §18, p. 1591) e combate as teorias liberais que implementam uma “rotatividade dos partidos dirigentes no governo, não de fundação e organização de uma nova sociedade política e, menos ainda, de um novo tipo de sociedade civil” (Q 13, § 18, p. 1590). Explica-se, assim, a distinção que Gramsci faz entre “grande política” e “pequena política” (Q 13, § 5), mostrando que a primeira visa à “fundação de novos Estados” e é construída organicamente pelo protagonismo popular e a segunda se dissolve em questões mesquinhas e oportunistas e é dominada por ambições pessoais. E, com sua fina ironia, observa que “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” (p. 1564).

Como foi já observado, embora não se deva reduzir todo o pensamento de Gramsci exclusivamente à política, o papel desta é central no conjunto do seu pensamento¹⁴. A visão revolucionária de política introduzida por Gramsci não se deduz só do confronto travado com as teorias elitistas, autoritárias, reformistas e liberais, mas, também, do combate contra o economicismo e as distorções operadas pelo marxismo determinista e positivista. Contra os que apostavam mecanicamente no processo inercial das forças produtivas e nas inevitáveis crises estruturais que favoreceriam automaticamente a ruptura com o sistema dominante, Gramsci resgata a visão histórico-dialética de Marx e aponta para o desenvolvimento da capacidade de iniciativa, da organização política e das forças criativas das classes subjugadas, como subjetividades ativas. Daqui, a importância que Gramsci confere à formação permanente da vontade coletiva dos subalternizados, à organização democrática do partido, à construção da

¹⁴ Cf. COUTINHO, 2017.

hegemonia popular, à criação de uma nova concepção de Estado, à função dos intelectuais orgânicos, à filosofia da práxis, ao papel da ideologia como paixão unificadora, à educação e à cultura de caráter popular (Q 13, § 18). A prevalência dessas questões nos seus escritos tem levado alguns analistas a considerar Gramsci como um intelectual das superestruturas¹⁵. Mas, a visão clara e inquestionável que transparece na sua obra e nas notas do Caderno 13 não deixa dúvidas quanto à sua concepção integral de mundo, quer dizer, à compreensão de que a realidade é formada pelos componentes inseparáveis e dialéticos de “matéria e forma”, de estrutura e superestrutura, de unidade de teoria e prática (Q 13, § 10, p. 1569), de uma “rica totalidade de múltiplas determinações e relações”, como havia mostrado Marx. Nesta totalidade Gramsci inclui, também, as energias utópicas, uma vez que *O Príncipe* “foi a seu modo uma utopia” e que as utopias foram “as precursoras históricas dos jacobinos e da Revolução Francesa” (Q 25, § 5, p. 2292) e da Revolução Russa¹⁶. Na visão do ser humano, de fato, Gramsci não leva só em conta “o que é”, mas também as aspirações populares para o que “pode vir a ser” (Q 11, § 54, p. 1343). O “excessivo” realismo político que se limita a “o que é”, observa Gramsci:

leva, muitas vezes, à afirmação de que o homem de Estado deve só atuar no âmbito da ‘realidade efetiva’, a não interessar-se pelo ‘dever ser’, mas apenas pelo ‘ser’. Isto significaria que o homem de Estado não deve ter perspectivas para além do tamanho de seu nariz. Este erro levou Paulo Treves a encontrar em Guicciardini, e não em Maquiavel, o ‘verdadeiro político’. Cabe distinguir não só entre “diplomata” e ‘político’, mas também entre cientista da política e político em ato (Q 13, § 16, p. 1577).

¹⁵ BOBBIO, 1994, p. 36-40.

¹⁶ GRAMSCI, 2004a, p. 200-209.

A concretização da vontade coletiva na criação do novo Estado

Em sintonia com a concepção revolucionária de política e de partido, o Caderno 13 dedica-se a mostrar a necessidade de construir uma “vontade coletiva nacional-popular” capaz de dar origem à “criação do novo Estado” (Q 13, § 1, p. 1556). Este objetivo fundamental do “moderno Príncipe”, em profunda simbiose com o poder popular, aparece insistentemente no § 1 e se repete ao longo de todo o Caderno 13.

Não se deve esquecer que Gramsci escreve em um período de triunfo do fascismo, do nazismo e do stalinismo, regimes com forte apelo populista e manipulação das massas. Portanto, diversamente de Maquiavel que se colocava o problema de como construir um Estado nacional na Itália despedaçada e vulnerável às incursões estrangeiras, Gramsci se depara diante das formas totalitárias de um Estado estruturado sobre a força bruta e a demagogia. Daqui, a sua preocupação diante do “colapso perigoso” que a massa popular sofreu (Q 13, § 1, p. 1556) e a sua dedicação em apontar caminhos para a formação de uma vontade coletiva consciente, “criação de imaginação concreta” das classes subalternas (p. 1556), voltadas a desenvolver “mais elevados tipos de civilização” (Q 13, § 7, p. 1566).

A importância conferida por Gramsci ao Estado é visível nas 1200 vezes que esse termo aparece nos *Cadernos do cárcere* e nas 129 menções em quase todos os parágrafos do Caderno 13. Em outro artigo analisamos a concepção de “Estado ético” nos *Cadernos do cárcere*¹⁷ e, ao longo do curso, vimos como Gramsci aborda os diversos componentes estruturais e superestruturais que configuram o Estado no Caderno 13: em relação ao território (§ 6; §19), à economia (§ 18 e § 19), às forças armadas (§ 3; § 15; § 17, § 28), à soberania nacional (§ 32; § 34; § 36), à sua “potência” (§ 15; § 19; § 21; § 32), aos outros

¹⁷ SEMERARO, 2011.

Estados (§ 2; § 17), às instituições e aos aspectos jurídicos e burocráticos (§ 27; § 36) etc. Sem poder entrar no mérito de todos esses elementos, aqui, focalizamos apenas a configuração que o Estado assume quando é plasmado e dirigido pela vontade coletiva das classes subalternas, tema central desse nosso texto.

Desde o Caderno 1, em sintonia com o caráter de classe delineado por Marx, Gramsci deixa claro que o Estado é a forma concreta do poder de “uma classe que é dominante econômica e politicamente ao mesmo tempo” (Q 1, § 150, p. 132). Em diversas notas da obra carcerária e do Caderno 13, no entanto, esclarece que:

o Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’ (Q 13, § 17, p. 1584).

Para alcançar esse objetivo de caráter universal Gramsci explicita que “O Estado é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não apenas justifica e conserva o seu domínio, mas, consegue obter o consenso ativo dos governados” (Q 15, § 10, p. 1765). Em Gramsci, portanto, a “expansão universal” e o aporte fundamental do “consenso ativo” dos governados não é um apêndice ou mera formalidade, mas decorrência imprescindível da sua concepção original de Estado “em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)” (Q 6, § 87, p. 762- 763). Quer dizer, do “Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (Q 6, § 155, p. 811), complexo orgânico que articula “a vontade coletiva nacional-popular” expressa pelas organizações da sociedade civil, o sistema produtivo e as instituições públicas capazes de inervar e concretizar dinâmica e democraticamente o inteiro corpo social em todos os seus aspectos.

A visão abrangente e realista de Gramsci sobre o Estado, portanto, não se limita a retratá-lo só como aparelho para proteger o território e desenvolver suas riquezas, para garantir a ordem e a estabilidade, para modernizar suas estruturas e estabelecer relações com outros Estados. Diversamente das teorias políticas predominantes, nas anotações de Gramsci emerge insistentemente a concepção de um Estado dedicado também a criar condições para que “a vontade coletiva nacional-popular”, ativa e permanente, possa se manifestar, se consolidar e se autodeterminar hegemonicamente. Nesta inovadora relação de reciprocidade dialética “o Estado tem e demanda o consenso, mas também ‘educa’ esse consenso” (Q 1, § 47, p. 56). A função “educativa” do Estado, que visa articular um projeto unitário de nação e formar um corpo social como “homem coletivo”, está disseminada ao longo dos 40 parágrafos do Caderno 13 e torna-se, particularmente, explícita em alguns parágrafos: “a tarefa educativa e formativa do Estado tem sempre como finalidade criar novos e mais elevados tipos de civilização” (Q 13, §7, p. 1565-1566). E, no § 11, volta a dizer que se a tarefa do Estado “‘educador’ tende a criar um novo tipo ou nível de civilização [...] também neste campo, é um instrumento de ‘racionalização’, de aceleração e de *taylorização*, atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita, e ‘pune’” (p. 1570-1571).

Como Maquiavel, Gramsci reconhece no Estado “a natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia” (Q 13, § 14, p. 1576). Mas, a evolução da história moderna mostrava que a crescente pressão das massas populares para ser parte ativa da organização social tornara-se imprescindível na política: “A técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’” (Q 13, § 27, p. 1620). Desta forma, para Gramsci, o mundo moderno não é só o triunfo da burguesia, é também a época da formação de inéditos sujeitos coletivos populares que, com seu protagonismo

e reivindicações, desencadearam revoluções (Q 13, § 23, p. 1603) e imprimiram outro rumo à história. Esse processo continua depois de 1870 quando:

as relações internas e internacionais de organização do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da 'revolução permanente', própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de 'hegemonia civil'. Ocorre na arte política o que se passa na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição (Q 13, § 7, p. 1566).

Por isso, Gramsci mostra que “por Estado é preciso entender além do aparelho governativo também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil” (Q 6, § 137, p. 801). Nas complexas sociedades modernas, de fato:

entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada e no abalo do Estado se percebia logo uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (Q 13, § 24, p. 1615).

São muitas as notas de Gramsci neste sentido, como por exemplo: Q 7, § 16, p. 866; Q 13, § 18, p. 1590; Q 15, § 33, p. 1787; Q 12, § 1, p. 1518; Carta a Tatiana em 7 de setembro de 1931¹⁸.

Para o nosso objetivo, importa destacar que na dialética entre as duas componentes que formam o “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção” (Q 6, § 88, p. 763-764), Gramsci aponta como o crescente protagonismo dos grupos subalternos e a formação da sua vontade coletiva, levará não a eliminar o Estado, mas a recriá-lo democraticamente, a reduzir progressivamente os seus elementos coercitivos e a refunda-lo sobre a capacidade de engendrar uma sociedade cada vez mais autodeterminada, na qual se instaura não só um “autogoverno dos produtores associados”, mas se socializam também a política e todas as instituições públicas. Nessa perspectiva, “o elemento Estado-coerção pode ser imaginado ir

¹⁸ GRAMSCI, 1996, p. 458-459.

se exaurindo na medida em que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)” (Q 6, § 88, p. 763-764). Uma verdadeira democracia, de fato, se realiza “só nas sociedades nas quais a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política é entendida dialeticamente (na dialética real e não apenas conceitual) e o Estado é concebido como superável pela ‘sociedade regulada”” (Q 6, § 65, p. 734). Por isso, no § 30 do Caderno 13 Gramsci aponta para a necessidade de um “consenso permanentemente ativo” que possa engendrar o “*self-government*” (p. 1626).

Quando, portanto, a vontade coletiva é reprimida, ignorada ou se dissolve e o autogoverno popular não se forma, ocorrem fenômenos regressivos e perigosos na política e na sociedade. A crítica de Gramsci, nessas circunstâncias, se faz muito dura tanto em relação à omissão e passividade popular, uma vez que a “opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria” (Q 13, § 17, p. 1586), quanto diante da “mumificação e anacronismo” do partido (Q 13, § 23, p. 1604) que perdeu sua vinculação “orgânica” com as reivindicações que “emanam das profundezas das massas” e se tornou incapaz de “levar em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelar-se da realidade” (Q 13, § 36, p. 1634). Ainda mais severa é sua a posição contra as instituições públicas que engendram modernas formas de “cesarismo”¹⁹ e contra o “centralismo burocrático no Estado que indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes” (Q 13, § 36, p. 1634).

Em situações como essas, para “os grupos socialmente subalternos”, torna-se mais do que necessária a constituição de “uma força *jacobina* eficiente,

¹⁹ Cf. SEMERARO, 2017.

precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular e fundou os Estados modernos” (Q 13, § 1, p. 1560). Não importa a forma que essa força venha a assumir, se de partido, de frente de diversas organizações populares, de associações de movimentos sociais, desde que cumpra a função de “elemento de estabilidade para assegurar a hegemonia não a grupos privilegiados, mas aos elementos progressistas, organicamente progressistas em relação a outras forças afins e aliadas, mas heterogêneas e oscilantes” (Q 13, § 36, p. 1634).

No final do genial e estratégico § 17 dedicado à análise e desenvolvimento das “relações de força”, Gramsci conclui afirmando que o mais importante é que se possa chegar a desencadear “uma atividade prática, uma iniciativa de vontade” nas forças populares, estudando:

onde a força da vontade pode ser aplicada mais fecundamente [...], quais operações táticas, que tipo de campanha de agitação política, qual a linguagem melhor compreendida pelas multidões etc. O elemento decisivo de toda situação é a força permanentemente organizada [...]; portanto, a tarefa essencial é a de se dedicar sistemática e pacientemente a formar, desenvolver, tornar cada vez mais homogênea, compacta, consciente de si essa força (Q 13, § 17, p. 1588).

Como vimos, a revolução política avançada por Gramsci não consiste apenas na reformulação de *O Príncipe* e da concepção de Estado, cujo conteúdo efetivo é constituído pela concretização das “relações de força” em jogo nas sociedades contemporâneas (Q 13, § 13, p. 1572). Acima de tudo, Gramsci mostra que a vértebra central da política e do Estado é constituída pela permanente formação e atuação da “vontade coletiva nacional-popular”. Porque, além do fato de que “escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe” (Q 3, § 46, p. 326), “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não se tornarem ‘Estado’” (Q 25, § 5, p. 2288).

Referências

BIANCHI, Alvaro. Antonio Gramsci e a ciência política italiana. In: SEMERARO, Giovanni *et. al.* (orgs.). *Gramsci e os movimentos populares*. 2 ed. Niterói: Eduff, 2013. p. 198-200.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Ciência da política". "Relações de força". In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 117-119; p. 682-685.

_____. *De Rousseau a Gramsci. Ensaio de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

FRANCIONI, Gianni. *Come lavorava Gramsci, "Introduzione"*. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*. Vol. 18. (a cura de Gianni Francioni). Roma-Cagliari: Biblioteca Treccani-L'Unione Sarda, 2009.

FRANCIONI, Gianni; COSPITO, Giuseppe. *Quaderno 13 (1932-1933). Note introduttive*. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere. Edizione anastatica dei manoscritti*. Vol. 18. (a cura de Gianni Francioni). Roma-Cagliari: Biblioteca Treccani-L'Unione Sarda, 2009. p. 167-181.

FROSINI, Fabio. Luigi Russo e Georges Sorel: sulla genesi del 'moderno Principe' nei *Quaderni del carcere* di Antonio Gramsci. *Rivista Studi Storici*, Istituto Gramsci, Roma, n. 3, p. 545-590, lug-sett. 2013.

_____. *Maquiavel, o revolucionário*. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Utopia. In: _____. *Escritos políticos - Volume 1: 1910-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. p. 200-209.

_____. Lenin, líder revolucionário. In: _____. *Escritos políticos - Volume 2: 1921-1926*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. p. 235-246.

_____. *Lettere dal carcere 1926-1937*. Volume 2: 1931-1933. (a cura di Antonio A. Santucci). Palermo: Sellerio, 1996.

_____. *Quaderni del cárcere*. (a cura de Valentino Gerratana). 4 vol. Torino: Einaudi, 1975.

LIGUORI, Guido. Il Machavelli di Gramsci. *Palestra na Faculdade de Educação*

da UFF. Niterói, 07/11/2013. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=ZtkT8cfziMo>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

_____. Quaderno 13 e Quaderno 18. *Seminario sulla storia dei Quaderni del carcere*, IGS Itália, 28/10/2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Il contratto sociale*. Torino: Einaudi, 1994.

SCHUCHT, Tatiana. *Lettere 1926-1935*. (a cura di A. Natoli e C. Daniele). Torino: Einaudi, 1997.

SEMERARO, Giovanni. A “utopia” do Estado ético em Gramsci e nos movimentos populares. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, n. 44, p. 465-480, set/dez 2011.

_____. A crise econômico-política no Brasil: uma leitura a partir de algumas reflexões de Antonio Gramsci. *International Gramsci Society (IGS/Brasil)*. Biblioteca. 2017. Disponível em:
<<http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=1>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

Recebido em: 16/05/2017
Aceito em: 19/05/2017